

Sumário

Dedicatória	5
Prefácio à quarta edição.....	13
Prefácio à terceira edição	19
Prefácio à segunda edição	23
Prólogo à primeira edição	27
Prefácio à primeira edição	29
 1. Introdução	 31
2. Linhas gerais sobre Direito Penal Econômico e o crime de lavagem de dinheiro.....	35
2.1. Efeitos da delinquência econômica.....	40
2.2. Criminalidade econômica e o crime organizado	44
3. O delito de lavagem de dinheiro: conceito e características	49
3.1. Conceito de lavagem.....	51
3.2. Caracterização do delito de lavagem de dinheiro.....	53
3.2.1. Internacionalização dos atos de lavagem de dinheiro	55
3.2.2. Profissionalização das atividades de lavagem	57
3.2.3. Vocação de permanência.....	58

3.2.4. Complexidade ou variedade dos métodos empregados	58
3.2.5. Volume do fenômeno.....	59
3.2.6. Conexão entre redes criminais.....	60
3.3. Técnicas ou fases da lavagem de dinheiro.....	61
3.3.1. Fase de ocultação ou colocação.....	63
3.3.1.1. Colocação através de entidades financeiras por meio de fracionamento.....	64
3.3.1.2. Cumplicidade bancária.....	65
3.3.1.3. Emprego abusivo das exceções da obrigação de identificar ou de comunicar.....	66
3.3.1.4. Colocação mediante instituições financeiras não-tradicionais.....	66
3.3.1.5. Mescla ou mistura de fundos lícitos e ilícitos ...	66
3.3.1.6. Contrabando de dinheiro.....	67
3.3.1.7. Aquisição de bens com dinheiro em espécie.....	68
3.3.1.8. Outros mecanismos específicos de ocultação ou colocação – câmbio, bolsa, offshores, moedas virtuais, entre outros.....	69
3.3.2. Fase de dissimulação, mascaramento ou encobrimento	71
3.3.2.1. A conversão do dinheiro em instrumentos financeiros.....	71
3.3.2.2. Aquisição de bens materiais com dinheiro e sua posterior troca ou venda.....	72
3.3.2.3. Transferência eletrônica de fundos.....	73
3.3.3. Fase de integração, reinserção ou reinversão.....	74
3.3.3.1. Venda de bens imóveis.....	74
3.3.3.2. Interposição de testas-de-ferro, empresas fantasmas e empréstimos simulados.....	76
3.3.3.3. Cumplicidade de bancos estrangeiros.....	77
3.3.3.4. Falsas faturas de importação/exportação.....	77
3.3.3.5. Outros procedimentos específicos de lavagem de dinheiro.....	78

3.4. O bem jurídico tutelado pela norma penal	83
3.4.1. Aproximações à teoria do bem jurídico	83
3.4.2. O bem jurídico tutelado no crime de lavagem de dinheiro	89
3.4.2.1. O bem jurídico prévio.....	89
3.4.2.2. A administração da Justiça	92
3.4.2.3. A ordem econômica	94
3.4.2.4. Pluriofensividade.....	101
3.4.2.5. Conclusivamente: tomada de posição	103
3.5. O momento consumativo: crime instantâneo, de estado ou permanente?	107
3.5.1. Lavagem enquanto crime permanente	107
3.5.2. Lavagem enquanto crime instantâneo ou “crime de estado”	112
3.6. Sujeito ativo: autoria e participação no delito de lavagem de dinheiro.....	116
3.6.1. Autoria	116
3.6.2. Autoria mediata.....	121
3.6.3. Coautoria	122
3.6.4. Participação	124
3.6.4.1. Formas de participação: instigação e cumplicidade	126
3.6.4.2. A participação de menor importância	128
3.6.4.3. Excurso – Algumas categorias limitadoras da participação criminal	128
3.7. Participação criminal do advogado no delito de lavagem ..	140
3.8. A autolavagem	142
3.8.1. O crime de corrupção e a autolavagem	150
4. Análise dos tipos penais	155
4.1. O artigo 1º, <i>caput</i>	155
4.1.1. As condutas típicas: “ocultar” e “dissimular”	156

4.1.2. O objeto material do delito: bens, direitos e valores	157
4.1.3. O objeto da ação do <i>caput</i> do artigo 1º.....	159
4.1.3.1. A ocultação ou dissimulação da “natureza” de bens, direitos ou valores.....	159
4.1.3.2. A ocultação ou dissimulação da “origem” de bens, direitos ou valores	161
4.1.3.3. A ocultação ou dissimulação da “localização” de bens, direitos ou valores.....	162
4.1.3.4. A ocultação ou dissimulação da “disposição” de bens, direitos ou valores.....	162
4.1.3.5. A ocultação ou dissimulação da “movimentação” de bens, direitos ou valores	163
4.1.3.6. A ocultação ou dissimulação da “propriedade” de bens, direitos ou valores	163
4.2. A equiparação do art. 1º, § 1º	164
4.3. A equiparação do art. 1º, § 2º	166
4.4. O elemento subjetivo da lavagem de dinheiro	168
4.4.1. Elemento subjetivo no <i>caput</i> do art. 1º	168
4.4.1.1. A lavagem por dolo eventual no julgamento do Mensalão (Ação Penal nº 470).....	170
4.4.1.2. Conclusão: admissão do dolo eventual no delito de lavagem de dinheiro pelo Judiciário brasileiro.....	174
4.4.2. Elemento subjetivo no § 1º	176
4.4.3. Elemento subjetivo no § 2º	177
4.4.4. O erro de tipo e o crime de lavagem de dinheiro	178
4.4.5. A aplicação da teoria da cegueira deliberada	179
4.4.5.1. O dolo em nossa tradição teórica	180
4.4.5.2. A teoria da cegueira deliberada	184
4.4.5.3. A cegueira deliberada no caso Mensalão (Ação Penal)	187

5. Questões problemáticas relacionadas com o crime de lavagem de dinheiro	191
5.1. A causa de aumento de pena do § 4º, art. 1º, da Lei de Lavagem	191
5.1.1. Primeira hipótese de aumento: reiteração da lavagem	191
5.1.2. Segunda hipótese de aumento: lavagem por intermédio de organização criminosa	196
5.1.3. Terceira hipótese de aumento: utilização de ativo virtual (lavagem e criptomoedas)	197
5.2. O problema da prova do delito prévio e a autonomia do delito de lavagem.....	204
5.3. Extensão da criminalização aos sujeitos obrigados, a omissão imprópria e as obrigações setoriais	210
5.3.1. A omissão imprópria no Direito Penal	210
5.3.2. Os sujeitos obrigados na Lei de Lavagem e a posição de garante	212
5.3.3. Obrigações setoriais de prevenção à lavagem de dinheiro e a função preventiva atribuída a terceiros: o exemplo da Circular SUSEP nº 612/2020	216
5.3.3.1. Âmbito subjetivo de aplicação	217
5.3.3.2. A abordagem baseada em risco	218
5.3.3.3. Conteúdo mínimo da política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT).....	219
5.3.3.4. Devida diligência: conhecer clientes, beneficiários, terceiros e outras partes relacionadas	221
5.3.3.5. Pessoas expostas politicamente e monitoramento reforçado	222
5.3.3.6. Registro, análise e comunicação ao COAF	223
5.3.3.7. Funcionários, parceiros, prestadores de serviços e terceiros	224
5.3.3.8. Avaliação de efetividade e responsabilidade administrativa	225

5.3.3.9. Limites penais da função preventiva atribuída aos sujeitos obrigados	226
5.4. Lavagem de dinheiro e a mescla de capitais lícitos e ilícitos	227
5.5. Evasão de Divisas e Lavagem de Dinheiro	229
5.6. Sonegação fiscal como infração antecedente à lavagem de dinheiro	231
5.7. O novo tipo penal de cessão de conta “laranja” e a sua relação com o crime de lavagem de dinheiro	234
Referências bibliográficas	241
Referências de Julgados	257